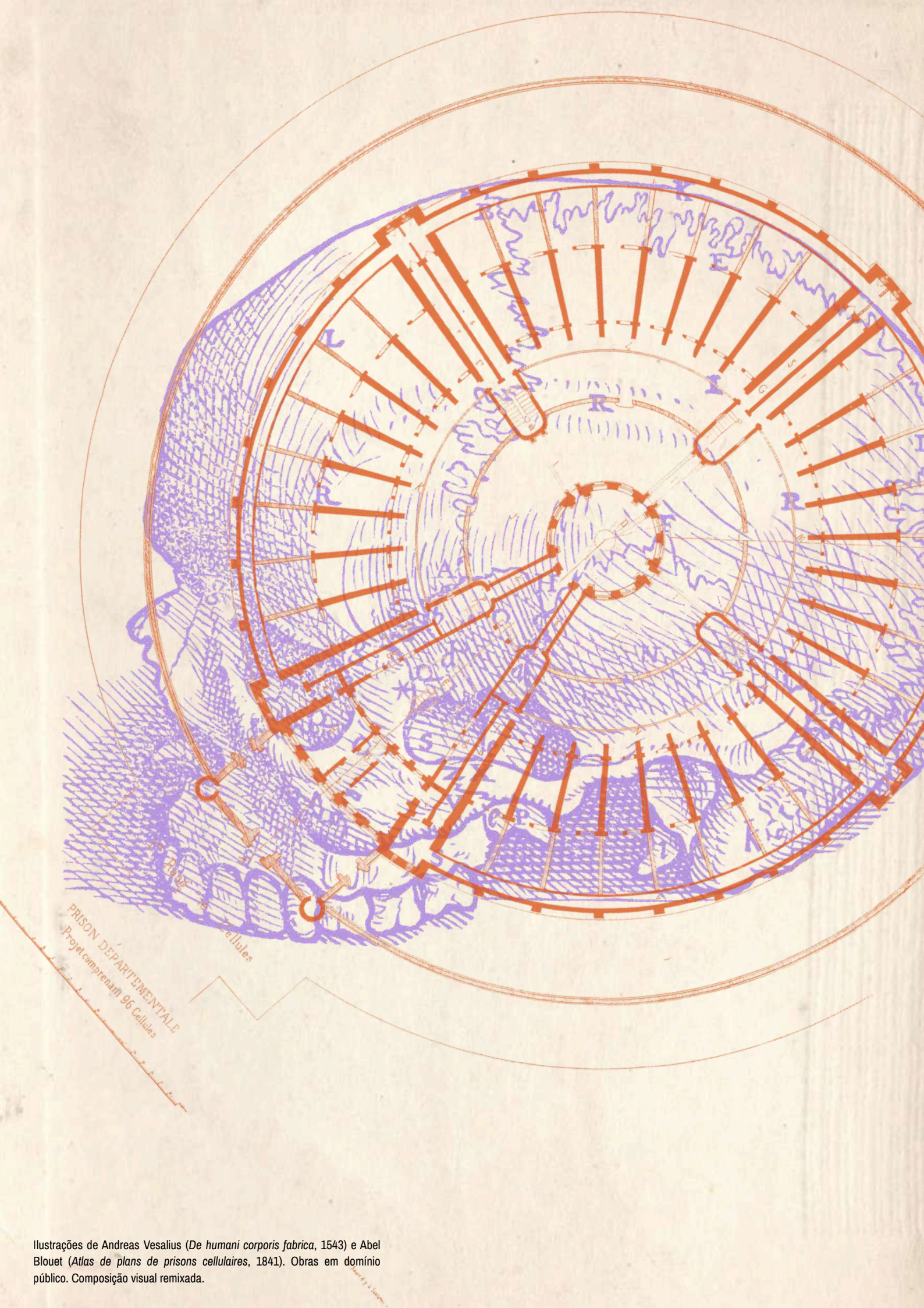

Ilustrações de Andreas Vesalius (*De humani corporis fabrica*, 1543) e Abel Blouet (*Atlas de plans de prisons cellulaires*, 1841). Obras em domínio público. Composição visual remixada.

DOSSIÊ ESPECIAL

A BANALIDADE DA NECROPOLÍTICA

THE BANALITY OF NECROPOLITICS

LA BANALIDAD DE LA NECROPOLÍTICA

José Eduardo Pimentel Filho — Instituto Federal do Paraná, Ivaiporã, PR, Brasil

João Victor Julio — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Submetido em: 13/01/2026
Aceito em: 11/02/2026
Publicado em: 07/08/2026

Como citar: PIMENTEL FILHO, José Eduardo Pimentel; JULIO, João Victor. A banalidade da necropolítica. *(Des)troços: revista de pensamento radical*, Belo Horizonte, v. 7, n. 2, p. e63847, jul./dez. 2026.

DOI: 10.53981/destrocos.v7i2.63847

Licenciado sob a CC BY 4.0.

Resumo
Neste artigo, estabelecemos um paralelo inicial entre a "banalidade do mal", conceito cunhado por Hannah Arendt em seu livro Eichmann em Jerusalém, e a "necropolítica", proposta por Achille Mbembe no início do século XXI, argumentando sobre o esvaziamento dos propósitos críticos da necropolítica. Quando Arendt descreve o mal como banal ao observar a trivialidade com que Eichmann executou ordens hediondas durante o Holocausto, destacando a normalização da violência extrema, é a naturalidade do horror que torna o termo banal tão desconfortável. Mbembe, por sua vez, desenvolve o conceito de necropolítica para analisar como o poder contemporâneo decide quem pode viver e quem deve morrer, especialmente em contextos de colonialismo, racismo e soberania estatal. O presente texto aponta como ambos os conceitos foram rapidamente assimilados e banalizados pela opinião pública, perdendo parte de seu impacto original. A necropolítica, em particular, foi amplamente utilizada em discursos midiáticos e políticos, muitas vezes de forma simplista e equivocada, distanciando-se de sua complexidade filosófica. O artigo alerta para o risco de esvaziamento do conceito, que pode ser instrumentalizado para fins contrários aos propostos por Mbembe. Por fim, defendemos a necessidade de reterritorializar o conceito, desbanalizando a sua banalização e preservando o seu potencial crítico.

Palavras-chave
Banalidade; biopolítica; necropolítica; política.

Abstract
In this article, we establish an initial parallel between the "banality of evil," a concept coined by Hannah Arendt in her book Eichmann in Jerusalem, and "necropolitics," proposed by Achille Mbembe at the beginning of the 21st century, arguing that necropolitics has lost its critical purpose. When Arendt describes evil as banal by observing the triviality of how Eichmann carried out heinous orders during the Holocaust, highlighting the normalization of extreme violence, it is the naturalness of horror that makes the term banal so uncomfortable. Mbembe, in turn, develops the concept of necropolitics to analyse how contemporary power decides who can live and who must die, especially in contexts of colonialism, racism, and state sovereignty. This text points out how both concepts were quickly assimilated and trivialized by public opinion, losing part of their original impact. Necropolitics, in particular, has been widely used in media and political discourses, often in a simplistic and misleading way, distancing itself from its philosophical complexity. The article warns of the risk of emptying the concept, which can be instrumentalized for purposes contrary to those proposed by Mbembe. Finally, we defend the need to reterritorialize the concept, de-banalizing its trivialization and preserving its critical potential.

Keywords
Banality; biopolitics; necropolitics; politics.

Resumen
En este artículo, establecemos un paralelismo inicial entre la "banalidad del mal", concepto acuñado por Hannah Arendt en su libro *Eichmann en Jerusalén*, y la "necropolítica", propuesta por Achille Mbembe a principios del siglo XXI, argumentando sobre el vaciamiento de los propósitos críticos de la necropolítica. Cuando Arendt describe el mal como banal al observar la trivialidad con la que Eichmann ejecutó órdenes atroces durante el Holocausto, destacando la normalización de la violencia extrema, es la naturalidad del horror lo que hace que el término banal resulte tan incómodo. Mbembe, a su vez, desarrolla el concepto de necropolítica para analizar cómo el poder contemporáneo decide quién puede vivir y quién debe morir. Este texto señala cómo ambos conceptos fueron rápidamente asimilados y trivializados por la opinión pública, perdiendo parte de su impacto original. La necropolítica, en particular, se ha utilizado ampliamente en el discurso mediático y político, a menudo de forma simplista y errónea, distanciándose de su complejidad filosófica. El artículo advierte del riesgo de vaciar el concepto de significado, que podría instrumentalizarse con fines contrarios a los propuestos por Mbembe. Finalmente, argumentamos la necesidad de reterritorializar el concepto, desbanalizando su trivialización y preservando su potencial crítico.

Palabras clave
Banalidad; biopolítica; necropolítica; política.

José Eduardo Pimentel Filho é doutor pela UFRJ/EHESS; professor no IFPR. Membro dos laboratórios de pesquisa *LAIMF* e *(Des)leituras* e membro da Red Iberoamericana Foucault. Autor do livro "*Economia das Relações de Poder*".

João Victor Julio é graduado e mestre em Filosofia pela Universidade Estadual de Londrina. graduando em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina e doutorando em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Membro do *(Des)leitura* e do *Grupo de Estudos de Políticas Latino-Americanas* (GEPAL).

Contribuição (CRediT)
J.E.P.F.; J.V.J.: Conceituação; Análise formal; Investigação; Escrita (original).

Introdução

A expressão "banalidade do mal" emoldura o livro *Eichmann em Jerusalém* de Hannah Arendt. Ela aparece explicitamente no subtítulo da obra e reaparece na última frase do texto original. Quando a autora lança ao público a fórmula da "banalidade do mal", ela subentende que a descrição do julgamento de Eichmann e seu contexto histórico-político são suficientemente eficientes para esclarecer ao leitor o que ela quer dizer com tal enunciado. De fato, o tom jornalístico/ensaístico do texto – lembrando que *Eichmann em Jerusalém* foi originalmente publicado na revista *The New Yorker*, em 1961 – seria um dispositivo facilitador para transmitir ao leitor o significado comum das palavras que a fórmula enuncia.

Neste contexto, "banalidade" e "mal" devem ser tomadas por aquilo que elas são ou, ao menos, por aquilo que se espera que entendamos por elas. Este "mal" não depende de meditações ontológicas ou deontológicas sobre a natureza do bem e do mal. Pois mesmo que os meandros de um processo jurídico devam ponderar sobre os graus de responsabilização e culpabilização de um agente frente a uma ação, certo é que aquele que reconhecidamente arquitetou a "solução final" do projeto nazista, aquele que foi responsável (direta e indiretamente) por milhões de mortes de inocentes, este sujeito é mau, sem elucubrações, sem atenuantes jurídicos ou morais. Das palavras de Arendt: "a responsabilidade legal e moral daquele que manda suas vítimas para a morte é, em nossa opinião, nada menor e talvez maior do que a culpa daquele que faz a vítima morrer".[1] E se Arendt cede à necessidade de dialogar com certa tradição filosófica sobre o bem e o mal, é apenas para reforçar que "seja qual for o papel de Kant na formação da mentalidade do 'homem comum' da Alemanha, não existe a menor dúvida de que Eichmann efetivamente seguia os preceitos de Kant: uma lei era uma lei, não havia exceções".[2] Mas não devemos tomar esse resgate kantiano como base para um aprofundamento dos fundamentos éticos ou algo similar; pois na mesma página a filósofa ressaltava que: enquanto para Kant a "fonte [da lei] é a razão prática" já para Eichmann, esta fonte não passaria da "vontade do Führer".

Concomitantemente, o uso do termo "banalidade" não pretende despertar um grande debate psicológico, sociológico ou histórico sobre o que é ou o que não é um acontecimento banal. Nem tampouco aprofunda a relação do ser frente ao acontecimento, como teria feito Alain Badiou pouco mais de vinte anos depois. Buscando deixar isto ainda mais claro, Hannah Arendt incluiu na versão de 1964 (então publicada como livro) um *pós-escrito* explicitando que: "quando falo da banalidade do mal, falo num nível estritamente factual, apontando um fenômeno que nos encarou de frente no julgamento".[3] Ou seja, o "mal", cuja fórmula anuncia, não é banal pela pequeneza ou insignificância dos acontecimentos gerados, posto que o Holocausto figura dentre as mais tristes páginas da história do século XX. A "banalidade" em questão é compreendida tão somente pela trivialidade com a qual Eichmann tomou para si a missão de realizar as ordens que lhe foram dadas. E, sob a égide de "estar apenas cumprindo ordens", ele teria proposto que os

[1] Arendt, *Eichmann em Jerusalém*, p. 232.
[2] Arendt, *Eichmann em Jerusalém*, p. 154.
[3] Arendt, *Eichmann em Jerusalém*, p. 310.

acontecimentos mais hediondos de sua gestão fossem aceitos pelo tribunal israelense como meros efeitos de uma função executiva. Aqui, o uso do termo "banalidade" gera um efeito retórico propositalmente contraditório. Primeiro, porque intuímos que Arendt fez um uso equivocado do termo "banalidade", já que não haveria nada de banal nos fins daquele réu, mas, ao mesmo tempo, reconhecemos que é um uso preciso do termo, pois para Eichmann tudo não passou de um serviço particularmente desagradável, embora similar a tantos outros serviços relativamente desagradáveis da competência de seu cargo. A defesa de Eichmann apostara alto demais neste personagem do bom burocrata, a ponto de expor o ridículo da estratégia, relata Arendt: "quando ele disse no interrogatório da polícia que teria mandado seu próprio pai para a morte se isso tivesse sido exigido, não queria simplesmente frisar até que ponto se achava cumprindo ordens e pronto para executá-las; queria também mostrar o "idealista" que sempre fora".[4] Como Jean-Luc Nancy bem contextualizou a questão:

> Eichmann não era um funcionário público comum, nem do ponto de vista das suas funções (visíveis e secretas), nem do ponto de vista de sua personalidade. É, no entanto, lícito dizer que seu sistema de defesa foi inspirado pela realidade da imensa máquina de execução de ordens, cuja operação só foi possível graças a uma forma de padronização e banalização dessas ordens e seus motivos profundos. Trabalhos subsequentes de historiadores e analistas de fenômenos de destruição em massa corroboraram a intuição arendtiana.[5]

E mesmo que esta retórica da defesa de Eichmann soasse como ingênua e ridícula, esperando que os juízes amenizassem a sua pena por ele estar "apenas cumprindo ordens", é possível ver nela algo de balizador para a própria compreensão do século XX. Afinal, fazer com que acontecimentos de extrema e sistemática violência sejam tomados como algo banal, dada a possibilidade técnica de sua realização – uma realização com bastante eficiência –, esta é a tônica não apenas das grandes tragédias deste tempo, mas o *animus* para a organização de sistemas cotidianos de repressão que seriam inimagináveis até o século anterior. Fazendo com que a bomba atômica e a gestão das periferias compartilhassem alguma lógica comunicável entre si, ou nas palavras de Achille Mbembe: "às execuções a céu aberto somam-se matanças invisíveis".[6]

Assim, em 1961, quando Arendt formula a sentença sobre a "banalidade do mal", ela enuncia algo para o qual o século XX estava pronto para ouvir. Por isso, não podemos afirmar que encontramos explicitamente uma denúncia no livro *Eichmann em Jerusalém*, ao contrário, este texto é a tentativa mais transparente que um agente da filosofia é capaz de fazer para narrar um acontecimento factual, como ela própria esclarecera. Deste modo, se o Ocidente não estranhou a fórmula de Hannah Arendt, sobre a "banalidade do mal", é porque a consciência deste mesmo Ocidente já a vinha escrevendo ao longo de seis décadas e esperava que alguém, no estado certo de lucidez, finalmente a pronunciasse. De fato, podemos dizer que o enunciado da "banalidade do mal", depois de formulado, conheceu o inverso do estranhamento na opinião pública. A fórmula alcançou um macabro sucesso. Tornou-se lugar comum em destaques jornalísticos, discursos políticos,

[4] Arendt, *Eichmann em Jerusalém*, p. 54.
[5] Nancy, *Banalité de Heidegger*, p. 10.
[6] Mbembe, *Necropolítica*, p. 49.

sentenças jurídicas, redações secundaristas e tantos outros espaços de fala que buscavam apontar o mal cotidiano, este mal que deveria nos causar horror e espanto, mas que na prática acabamos aceitando como sendo parte do mundo. A banalidade arendtiana tornou-se popularmente banal.

Já no início do século XXI, precocemente, o filósofo Achille Mbembe performaria um papel similar. Ao enunciar o conceito de *necropolítica* (em 2003), ele também falava sobre algo para o qual o século XXI já se encontrava, infelizmente, pronto para ouvir. Certamente podemos fazer uma conexão entre os dois conceitos, ou mesmo tributar parcialmente ao sucesso da necropolítica reflexões previamente estabelecidas pela "banalidade do mal". Porém, diferentemente do texto de 1961, Mbembe não escreve em tom jornalístico. O conceito de necropolítica surge em um **espaço** de compreensão muito específico, o que fez com que ele corresse o **risco** da má compreensão ao alcançar o debate público. Dito de outra forma, trata-se do risco de ser recebido, sem mediações, pelo que simplesmente pareceria querer dizer, assim como a fórmula da "banalidade do mal" um dia o foi. Enquanto a fórmula de Arendt pretendia ser rapidamente e intencionalmente compreendida ao tratar de forma banal a banalidade, a necropolítica surgia muito distante de qualquer compreensão banalizada. Dado este contexto, olhemos com mais atenção: que espaço e risco foram esses que circundam o conceito da necropolítica?

1. O espaço e o risco

Primeiro, o espaço. Trata-se do espaço da filosofia para filósofos. Pensando em retrospectiva, em 1961, para compreender que o "mal" descrito por Arendt é mal, é pedido basicamente ao leitor que ele tenha empatia com as vítimas do holocausto; assim como, para compreender a "banalidade", bastava a este mesmo leitor que ele concordasse que tal mal é banal porque o próprio Eichmann é um sujeito banal. Porém, para compreender a necropolítica de Mbembe, ao menos com a profundidade com que seu autor a formula, é preciso antes de tudo compreender que ela dialoga diretamente com uma leitura foucaultiana de governo (de soberania, de biopoder, de biopolítica, etc.), mas também que ela dialoga com a questão do Estado de exceção em Agamben e com o conceito de inimigo em Carl Schmitt. Ainda é importante estar atento a uma concepção heideggeriana de morte, que serve de base para a visão do autor. Assim, é de suma relevância estar ciente de que essas instâncias filosóficas deverão ser mediadas pela leitura de Georges Bataille sobre como "a morte, a soberania e o sujeito" interagem entre si a partir de certa superação da filosofia de Hegel. Isto é, trata-se de uma linguagem para iniciados, posto que a filosofia para filósofos é um espaço de circulação restrito aos seus falantes.

Este espaço, no qual o conceito de necropolítica surge, exige algum *background* do seu leitor, mas também parece ter sido calculado para não exigir demasiadamente. Para dar um exemplo bobo, porém facilmente reconhecível: Mbembe não está falando de Heidegger para heideggerianos, em heideggerianês. Mbembe cirurgicamente pensa e escreve buscando uma justa medida para ser lido por filósofos e por não-filósofos. Se o texto de 2003 fosse rebuscado demais, hermenêutico demais, cabalístico demais, provavelmente não estaríamos refletindo sobre ele agora. Ou, talvez até estivéssemos, mas com outros jogos e rituais de

solenidade acadêmica. O que faz com que o conceito de necropolítica seja tão potente hoje, não é por ter vindo à luz em um espaço de filosofia para filósofos, mas fundamentalmente por ter sido composto por uma palavra que em algum nível autoriza certa dedução não-filosófica de seu significado como: uma política da morte.

A potência deste conceito está na simultaneidade entre a dificuldade de formulá-lo e a relativa simplicidade de assimilá-lo. Se o filósofo camaronês precisou de Foucault, Hegel, Agamben, Bataille, etc. para pensar a necropolítica, um leitor que talvez não tenha essa mesma bagagem conseguiria se sentir relativamente apto a deduzir seu significado (e reproduzir o termo) utilizando apenas a sua própria vivência. Mesmo que esta dedução seja parcialmente equivocada ou incompleta em algum nível, parece-nos que a palavra "necropolítica" fala de algo que já intuímos simplesmente por sermos latino-americanos, ou palestinos, ou africanos, ou mulheres, ou trans, ou pobres, enfim. E nesta intuição, talvez incompleta e equivocada, é que aparece um risco.

Porém, antes de falar deste risco propriamente, é preciso definir ainda melhor o espaço. Não mais o espaço no qual o conceito surgiu, mas o espaço no qual o seu uso proliferou. Pois, como ocorrera com a fórmula de Arendt, o termo necropolítica também foi rapidamente instrumentalizado pela opinião pública, sendo fartamente citado em manchetes e editoriais que prezavam, ora mais, ora menos, pelo contexto filosófico do conceito. A necropolítica, mesmo tendo partido de um espaço distinto daquele da "banalidade do mal", viu seu percurso ser inscrito na mesma estrada do conceito arendtiano. Pouco a pouco, ela começava a ser vista e utilizada, no debate público, como a "banalidade da necropolítica". E neste cenário a necropolítica passou a ter uma existência própria no vocabulário político-midiático.

A título de ilustração, se observarmos o jornalismo brasileiro, sobretudo no período de 2018 a 2025, não é difícil encontrar reportagens que apelam à palavra necropolítica e instrumentalizam-na. Em uma busca rápida encontramos títulos que a combinam e recombinam com diversos temas, tais quais: "necropolítica à brasileira", "necropolítica e as favelas no Rio", "necropolítica e Vini Jr.", "necropolítica e a pandemia", "necropolítica e o governo Bolsonaro", "o massacre da Penha e a necropolítica", etc. E se tal conceito em 2003 já parecia expressar algo intuitivo aos muitos povos da periferia do capitalismo, foi durante o período da pandemia da COVID-19 que ele se tornou uma expressão política inquestionável também no coração do próprio capitalismo. Todos aqueles que sentiam, de algum modo, que os governos do Ocidente estavam dispostos a deixar suas populações morrerem – e aqui podemos incluir os países do G7 – acreditaram encontrar no vocabulário de Achille Mbembe a palavra certa(!) para dar significado a isso que vivenciamos neste período.

A questão fundamental sobre a proliferação e a banalização dos muitos usos de um conceito não é se o filósofo ou a filosofia autoriza estes muitos usos. Já é bem sabido que, assim que criado, um conceito não pertence mais à sua autora ou ao seu autor e, em alguma instância, torna-se domínio público. Para ilustrar este ponto, podemos lembrar que em março de 2020, quando a pandemia já deveria ser compreendida como um problema maior e mais grave do que as primeiras previsões ocidentais estimavam, Mbembe deu uma entrevista (publicada no Brasil pelo jornal *Zero Hora*) na qual o entrevistador questionava, em pelo menos duas perguntas, os rumos da pandemia e como a necropolítica exemplificava certas

ações ou inações políticas dos governos naquele período. E em momento algum da entrevista Mbembe se preocupou em ajustar a compreensão de seu interlocutor a um uso mais acurado ou acadêmico do conceito. Está claro que ambos, entrevistador e entrevistado, tomam o conceito pelo que se pode entender dele e não pelo que ele significou especificamente em sua formulação teórica. Certamente podemos apontar a elegância de Achille Mbembe como entrevistado, que em momento algum apelou para um pedantismo acadêmico. Contudo, a elegância de Mbembe não altera a complicada posição do autor frente a um uso tão descompromissado de seu conceito.

Chegamos agora ao risco experimentado pelos conceitos. Mesmo que o uso leviano, instrumentalizado ou enviesado de um conceito filosófico não seja uma novidade, nem pareça causar escândalo na sociedade, ainda assim, é importante termos consciência de que não existe um mau uso da filosofia que seja totalmente ingênuo. O risco que o conceito de necropolítica corre, não é o de ser incompreendido em sua integralidade por conta de uma busca popular para utilizá-lo a partir de uma visão dos oprimidos. Ora, usar a palavra (mais do que o conceito) para destacar os casos de racismo sofridos, como por exemplo pelo jogador brasileiro Vini Jr. na Europa (*O GLOBO*, 2023), contextualizando este racismo dentro de uma prática racista de Estado, que extermina jovens nas periferias brasileiras, isto, ainda orbita no universo das questões levantadas pelo artigo do filósofo camaronês em 2003. O risco, de fato, está no efeito de tal uso descompromissado, pois, concomitantemente a este descompromisso, pode se esconder a instrumentalização para os fins opostos daquilo que o autor pretendeu apontar originalmente. Este risco é o reflexo da banalização da necropolítica. Aqui resgatamos o preâmbulo exposto com o conceito de Arendt para inverter as intenções, isto é, para lembrar que a necropolítica não deve ser tão rapidamente tomada pelo que se pode deduzir da palavra. Ela não é banal como a banalidade do mal, tampouco ela trata de um mal banal.

Compreendemos que ao expor o tema nestes termos – a banalidade da necropolítica – tangencia-se um clichê ou um metaclichê. Mas é importante mantermos esta proposta crítica, pois ela nos auxilia na compreensão de duas perspectivas fundamentais: (1) a banalização da compreensão da necropolítica resulta no efeito oposto daquele pretendido pelo conceito arendtiano, pois, alargando cada vez mais o uso do conceito de Mbembe, acaba por banalizar conjuntamente aquilo que o conceito buscou denunciar, originalmente, na realidade concreta; (2) ao banalizarmos o conceito o tornamos um instrumento polissêmico para quaisquer fins, inclusive, para os fins contrários de seu intento original. Deste modo, a soma dessas duas perspectivas faz com que o conceito não desperte mais a indignação que ele foi capaz de despertar outrora (isto que o fez tão potente e tão famoso), como também contribui para a aceitação disto que deveria ser um gatilho para nossa indignação.

2. É isto uma necropolítica?

A palavra necropolítica foi tomada publicamente não pela sua intenção, mas pela sua intuição. No entendimento rápido da palavra (não do conceito), fez-se dela um sinônimo para as muitas violências cujos resultados fossem a morte, sobretudo

quando muitas mortes compartilham de uma mesma causa. Por exemplo, durante a pandemia do COVID-19, quando o excelentíssimo procurador do Tribunal do Trabalho do Pará intimou o Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino (2021) a suspender as aulas por conta de um possível morticínio que esta abertura poderia acarretar, a palavra necropolítica (utilizada no processo de intimação) serviu como reforço retórico para falar de uma "política genocida". Este tipo de uso, por equivalência, busca fazer da necropolítica um adjetivo intensificador de termos que por si só já são expressões de um horror político-social. Busca-se associar chacinas, genocídios e massacres à necropolítica, quando, na prática, a necropolítica aí não se aplica e tais acontecimentos seguem sendo – ainda para nosso horror – chacinas, genocídios e massacres por suas próprias características. Este uso retórico da palavra necropolítica como intensificador de tais horrores, nos reposiciona no problema da banalidade que Hannah Arendt já alertava. Evidenciando que hoje chacinas, massacres e genocídios não têm mais o devido efeito de nos escandalizar. O que nos leva a buscarmos outros termos filosófico-políticos para tentarmos retomar este poder de causar indignação pela linguagem.

Outra raiz para a confusão da palavra, cujo efeito também resulta na banalização do conceito, é a miscelânea entre os conceitos que serviram de base para pensar a necropolítica e o conceito de necropolítica em si. Por exemplo, a leitura foucaultiana de racismo e o conceito de inimigo em Carl Schmitt. Esta confusão parece autorizar o observador de um dado fenômeno violento, por vezes sem ter os devidos conceitos e instrumentos para analisar aquilo que observa, a buscar na necropolítica um coringa semântico. Para ilustrar tal confusão, trago aqui duas matérias que instrumentalizaram o termo conforme suas próprias necessidades e inclinações. Primeira matéria: o jornal *The New Yorker* (2023) em uma reportagem sobre violência policial, buscou demonstrar como haveria uma "necropolítica" na ação dos policiais de Memphis, que levara ao assassinato do jovem Tyre Nicholas, despertando assim protestos do movimento *Black Lives Matter* no estado do Tennessee. Segunda matéria: o britânico *The Guardian*, ao noticiar como os policiais novaiorquinos estariam se sentindo acuados pelo movimento *Black Lives Matter*, reportou: "agora a necropolítica mudou e os polícias armados estão numa posição em que se sentem tão vulneráveis como as pessoas desarmadas".[7] O que vemos nestas matérias, em ambos os casos, não são testemunhos de uma necropolítica, mas um uso difuso sobre o racismo de Estado e a projeção de inimigos internos do Estado.

No entanto, de todos os conceitos que o filósofo camaronês utilizou para forjar o seu conceito, nenhum gerou maior confusão com a necropolítica do que o par biopolítica/biopoder de Michel Foucault. E apresento aqui três exemplos: primeiro, uma coluna de opinião da Globonews (de setembro de 2020), intitulada *Necropolítica ou estupidez econômica?*, a qual anuncia que a gestão das vacinas no Brasil tratou um determinado grupo social como descartável em prol da vida e da economia daqueles considerados mais aptos a sobreviver. Segundo exemplo, uma matéria intitulada *A necropolítica de Maria B*, do jornal paquistanês *DAWN* (de junho de 2023), que apontou a postura da empresária e designer de roupas paquistanesa, Maria Butt, como incentivadora de agressões transfóbicas no país. Terceiro, a reportagem do *Le Monde Diplomatique Brasil* (de outubro de 2025), na qual o relato

[7] Trasher, *The Guardian*.

do massacre cometido por policiais na comunidade carioca da Penha, discorre sob o signo da necropolítica e a necropolítica é apresentada como "política oficial do Rio de Janeiro". Todos esses exemplos recorrem genuinamente ao conceito de biopolítica de Foucault mais do que ao de necropolítica de Mbembe. Posto que tais análises e críticas, em todos esses casos, tratam de posturas sobre um certo "deixar morrer" para seres humanos vistos como indesejáveis ou como bioperigosos.

Para sermos devidamente respeitosos com a filosofia de Achille Mbembe, é importante apontar que a necropolítica não é uma continuação da biopolítica, nem uma biopolítica invertida e muito menos um tapa-buraco conceitual para supostas ausências que Foucault teria deixado na biopolítica. A biopolítica e o biopoder compreendem, a partir de um esgarçamento do poder disciplinar, as regulações agenciadas dos comportamentos das populações. "Instaurada no decorrer do século XVIII, vemos aparecer [...] algo que já não é uma anatomopolítica do corpo humano, mas que eu chamaria de uma *biopolítica* da espécie humana".[8] Dando ordem àquilo que ainda escapava ao poder disciplinar, a biopolítica será a marca definitiva das políticas modernas em relação às antigas. Ou, para colocar em termos foucaultianos: "a soberania fazia morrer e deixava viver. E eis que agora aparece um poder que eu chamaria de regulamentação e que consiste, ao contrário, em fazer viver e em deixar morrer" .[9] Mais especificamente, "pode-se dizer que o velho direito de *causar* a morte ou *deixar* viver foi substituído por um poder de *causar* a vida ou *devolver* à morte".[10] Poder este que se outorga o direito de matar, não por pura vontade (ou maldade) dos que governam, mas por um imperativo de "preservação da vida" dos governados considerados dignos de terem a vida preservada. Assim, matar não é um fim na biopolítica, mas sim, preservar a vida, mesmo que esta preservação legitime a morte de alguns. E estes "alguns", isto é bem sabido, passam pelo critério da seleção do racismo (Foucault, 2005a). Um racismo institucionalizado, bem aceito e até mesmo reivindicado por Estados e Mercados. Deste modo, uma política que deixa morrer os indesejados (os de mais idade, os mais doentes, os mais pobres, os anormais), como denunciado na coluna da Globonews, trata sobremaneira da biopolítica. Do mesmo modo, a postura influenciadora da estilista, empresária e *influencer* paquistanesa Maria B contra a comunidade trans está alicerçada sobre o racismo e um bio-medo, que faz recair sobre a comunidade trans uma falsa ameaça à vida dos demais (os "normais"). Ou a soma de ambas as leituras, levar a morte para combater o perigo, como na reportagem da revista *Le Monde*. Em todos esses casos, se faz valer o conceito de biopolítica e não o de necropolítica, como informado nas manchetes.

Se fosse apenas para reduzir a necropolítica a uma biopolítica invertida, isto o próprio Foucault já o teria feito (em 1982) e sem se preocupar com um maior aprofundamento ou explicação. Em um seminário, que só foi publicado postumamente em 1988 pela Universidade de Massachusetts, Foucault literalmente recorre ao conceito de "tanatopolítica" ao explicar que a vida da população é o bem essencial pelo qual os Estados devem zelar, mas que, "quando necessário, poderiam massacrá-la", e que, neste contexto, "a tanatopolítica seria assim o inverso da

[8] Foucault, *Dits et Écrits I*, p. 289.
[9] Foucault, *Dits et Écrits I*, p. 289.
[10] Foucault, *Dits et Écrits II*, p. 130.

biopolítica".[11] Dito isso e nada além disso, Foucault não explica o que seria essa tanatopolítica, tampouco alonga a explicação de seus efeitos práticos; no seminário ela é simplesmente "o inverso da biopolítica". Foucault segue o resto do seminário, já próximo do fim, explicando melhor a sua visão sobre a "racionalidade política" do século XVIII.

Ora, o que distingue a necropolítica de Mbembe da biopolítica de Foucault? Primeiramente, é preciso repetir que a biopolítica está na base da concepção teórica da necropolítica, porém, são conceitos distintos. Eles até podem olhar para fenômenos que se assemelham ou coexistem, mas respondem a preocupações específicas. Para ilustrar essa sobreposição de olhares, mas distinção de sentidos, a professora Berenice Bento aponta que:

> Mbembe, ao analisar os horrores da necropolítica de Israel, não avança na discussão de que são essas mesmas políticas que sustentam a biopolítica do Estado israelense. Assim, não é possível interpretar Israel sem a Palestina e, tampouco, as condições existenciais trágicas do povo palestino sem fazer referência a Israel.[12]

Esta leitura nos permite compreender como estes conceitos se aproximam para se diferenciarem. Pensemos no jogo de espelhos que está na origem de ambos os conceitos. Foi a política nazista aplicada sobre os cidadãos alemães, não a política nazista dos campos de concentração, que permitiu Foucault pensar e propor a biopolítica. Neste sentido, foi a política do Estado de Israel aplicada aos palestinos que permitiu a Mbembe pensar a necropolítica, não a política que o Estado de Israel exerce sobre os israelenses. A biopolítica, da ótica do Estado, é a promotora da banalidade do mal, como exposta por Hannah Arendt; quando um funcionário é capaz do mal como gesto banal do seu biopoder. O que faz, por contraste, com que na gestão necropolítica o mal não seja sequer percebido por seus agentes como algo "mal". Se o mal tem algo de perceptivelmente banal (no regime necropolítico) é porque ele é somente um modo de ser no mundo. O mal aí está para além do banal.

Ainda trabalhando sobre o exemplo trazido pela professora Berenice Bento, notemos que, apesar das anedóticas semelhanças com Eichmann, os tecnocratas que executam as ações militares israelenses no território palestino – e aqui tratamos da necropolítica, não mais da biopolítica – sabem que extrapolam o banal no cumprimento das suas ordens. Há neles a consciência do quão extraordinário é o mal que realizam; e o que alivia tal consciência é a crença biopolítica de que esse mal extraordinário é instrumento para a própria salvação (e nisto há todo o peso trágico das semelhanças entre os Estados de Israel e da Alemanha Nazista). Se nós, de onde estamos, olhamos para as mortes na gestão necropolítica do poder (neste caso, da Palestina) como banalizadas, é porque nós as olhamos (assim como um tecnocrata israelense) da ótica daqueles que nasceram e viveram na biopolítica. Podemos inferir que para Israel há biopolítica na medida em que se reconhece a banalidade do mal exercido e, concomitantemente, há necropolítica por banalizar sua performance político-militar a tal ponto dela sequer ser reconhecida como má. A biopolítica se impõe aos governados, pois, sua vontade é capaz de banalizar o bem e o mal, como elementos harmônicos para um suposto fim maior. Já a necropolítica está para além da banalização do bem e do mal; trata-se de um regime de produção

[11] Foucault, *Dits et Écrits II*, p. 1645.
[12] Bento, *Necrobiopoder*, p. 7.

da morte. Mais do que reconhecer a morte como acontecimento natural, na necropolítica reconhece-se a produção da morte como acontecimento natural. Morrer e matar se tornam fenômenos igualmente naturais.

Esta marca da distinção entre os conceitos de *bio* e *necro* políticas fica clara na conclusão do artigo de 2003, quando Mbembe diz: "Demonstrei que a noção de biopoder é insuficiente para explicar as formas contemporâneas de subjugação da vida ao poder da morte".[13] Contudo, esta "insuficiência" também não deve nos levar à consideração de que a necropolítica seja uma superação da biopolítica. Posto que, o próprio autor precisa de ambos os conceitos, e outros mais, para analisar os exemplos que ele próprio traz no texto, tais como: "a ocupação colonial tardia difere em muitos aspectos da primeira ocupação moderna, particularmente em sua combinação disciplinar, biopolítica e necropolítica".[14] Aqui, Achille Mbembe faz dois conceitos foucaultianos se entrelaçarem para dar sentido a algo que os dois, separadamente, não seriam capazes isoladamente.

A morte (mediada pelo racismo e pelos medos biológicos insuflados na população) é um instrumento na biopolítica. A morte na biopolítica passa por este deixar morrer, que faz da morte um efeito oportuno aos que governam, mas, ao mesmo tempo, algo recriminável para certa parte da opinião pública. Já a necropolítica não coloca a vida dos governados como o valor primeiro e pelo qual se estaria disposto a matar, nela é a morte propriamente que organiza o sistema de governo. Por isso os conceitos de estado de exceção e estado de sítio são tão importantes, pois respondem pela necessidade de um sistema legal que possa ser sempre suspenso ou refeito de acordo a re-legitimar a morte em suas novas configurações. Assim, Achille Mbembe apresenta três grandes sistemas exemplares de necropolítica: (1) a gestão colonial,[15] na qual a morte não protege a vida dos governados, mas é um fluxo organizado, normatizado, semi-legislado de manter esses (os que vão morrer) em ordem, frente à morte que sempre os espreita (algo que o Holocausto performou em sua gestão dos guetos e campos); (2) a atuação das "máquinas de guerra" que surgiram na África ao final do século XX,[16] mas que logo serviriam de modelo para a América Latina e Oriente Médio, para milícias que atuam em garimpos ilegais, narcotráficos e em guerras territoriais, cuja grande marca é uma condição anômica que é criada, mantida e reforçada por Estados e Mercados que veem nesta situação vantagens políticas e financeiras; e (3) a forma mais bem sucedida de necropoder: "a ocupação colonial contemporânea da Palestina",[17] que atualizaria um modelo já experimentado no *apartheid* sul-africano, segmentando os espaços de gestão dos deslocamentos, diminuindo cada vez mais os modos de vida e fazendo da morte algo cada vez mais acessível aos que ali estão. Por vezes, tornando a morte algo desejável, seja a morte por resignação ao sistema colonial (não aguentando mais viver), seja a morte pela resistência a esta ocupação colonial (tornando-se um mártir). O homem-bomba, exemplo utilizado por Mbembe, ilustra como a fatalidade, tão presente nesta

[13] Mbembe, *Necropolítica*, p. 71.
[14] Mbembe, *Necropolítica*, p. 41.
[15] Mbembe, *Necropolítica*, p. 30.
[16] Mbembe, *Necropolítica*, p. 54.
[17] Mbembe, *Necropolítica*, p. 41.

realidade, nos informa como a morte pode ser, ao mesmo tempo, instrumento de repressão e de resistência à repressão.

E como se não bastasse todo o processo de fabricação do conceito de "necropolítica" que mencionamos, isto é, passando por Foucault, Hannah Arendt, Carl Schmitt, Giorgio Agamben, Hegel, Heidegger e Georges Bataille, Mbembe ainda teve que recorrer aos intelectuais martinicanos Aimé Césaire e Frantz Fanon. Césaire, em seu *Discurso sobre o colonialismo*, é quem promove no trabalho de Mbembe a tese de que o Holocausto teria mimetizado os cálculos da "gestão colonial"; hipótese que o próprio Foucault já parecia estar ciente ao cunhar o conceito de "biopolítica". Ainda que Foucault não tivesse se referido diretamente a Césaire, (muito menos deixado alguma referência ao *Discurso sobre o colonialismo* nas anotações manuais de seu curso), a fórmula com que Foucault se utiliza para explicar o funcionamento da biopolítica, é justamente a de um "colonialismo interno". Deste modo, por mais que as formas institucionais de gestão biopolítica reproduzam as "técnicas e armas políticas e jurídicas" aplicadas em solo colonial ou "uma série de modelos coloniais que foram trazidos para o Ocidente e que fez com que o Ocidente pudesse praticar em si mesmo algo como uma colonização, um colonialismo interno",[18] Foucault preludia a distância entre a morte na "biopolítica" e a morte na "necropolítica", ao afirmar que "a morte dos outros é o fortalecimento biológico da próprio pessoa na medida em que ela é membro de uma raça ou de uma população, na medida em que se é elemento numa pluralidade unitária e viva".[19]

Na biopolítica, a morte pode ser fruto de um mal governo cuja violência, a corrupção e a incompetência refletem sobre a morte dos mais vulneráveis, uma morte facilitada (mesmo que não desejada) aos "indesejáveis". Isto que Foucault apresentara como um efeito da governamentalidade preocupada com a vida. O principal esforço de um Estado-nação biopolítico é transformar as contradições entre "fazer viver e deixar morrer" em acontecimentos banais. Como dito anteriormente, trata-se de banalizar o bem e o mal. O Estado-nação pode criar uma legislação extremamente repressiva sobre a eutanásia e o aborto (em nome de uma defesa da vida) e ao mesmo tempo, sem significar qualquer contradição, tal Estado pode ter um sistema de saúde tão ineficiente que leva os mais idosos, os doentes terminais, os desnutridos ou os afetados pela falta de saneamento básico, à condição contínua de proximidade com a morte ou à morte propriamente. Esta proibição ao acesso da morte desejada funciona simultaneamente com a política pública de acessibilidade à morte indesejada, a distinção entre elas é o grau de angústia que o sujeito enfrentará em seu percurso enquanto vivo. Já na necropolítica a morte provocada (pela gestão) é uma certeza, cuja incerteza paira sobre o quando e o como que ela acontecerá. A demora para a vinda da morte é sempre compreendida e mediada pela morte dos outros em torno do sujeito. Ou como Mbembe bem salientou com a obra de Elias Canetti:

> Sobrevivente é aquele que, tendo percorrido o caminho da morte, sabendo dos extermínios e permanecendo entre os que caíram, ainda está vivo [...] Mais radicalmente, o horror experimentado sob a visão da morte se transforma em satisfação quando ela ocorre com o outro".[20]

---

[18] Foucault, *Em defesa da sociedade*, p. 121.
[19] Foucault, *Em defesa da sociedade*, p. 308.
[20] Mbembe, *Necropolítica*, p. 62.

E a morte, em suas muitas configurações, faz-se presente na necropolítica não apenas pela má gestão governamental ou pela urgência na defesa da vida [de alguns], mas pelo subjugamento de um povo que é posto (seja por um colonizador, seja por uma potência econômica, seja por um poder religioso, miliciano, etc.) em uma situação de sequer dever existir, sequer corresponder ao conceito de ser humano, de sequer poder entender a sua morte como morte, por não ter lhe sido dado o direito de entender a sua vida como vida. E se há cálculos nesta morte, são cálculos econômicos e não morais. O colonizador administra as economias: de energia, de esforços e de recursos, para a melhor gestão de uma política de morte contínua. Nos dizeres de Clara Valverde: "a violência mais útil para a necropolítica é a que está disfarçada, aquela que a população não pode identificar facilmente como violência".[21] Pois estas mortes, invisíveis e irreconhecíveis, são menos custosas e provocam menos resistência.

A confusão entre biopolítica e necropolítica pode ser lida por diversos filtros, inclusive o do imaginário popular. Por exemplo, parece-nos plausível supor que a palavra "biopolítica" não tenha se tornado tão potente (enquanto instrumento de denúncia das violências governamentais), nem tão popular (fora dos meios acadêmicos) como a necropolítica, porque uma compreensão dedutiva e não filosófica de tal conceito não estimularia tanto a imaginação cotidiana, assim como a palavra "necropolítica" o faz. Uma "política da morte" soa morbidamente familiar para aqueles que sentem medo de morrer por causas sociopolíticas. Contudo, a biopolítica, para um leitor "não iniciado na filosofia", apela intuitivamente a um imaginário supostamente positivo. O *biopoder* soa aos ouvidos distraídos quase como uma expressão exotérica, com um quê de *new age*, como se fosse uma técnica de mantra para energizar os chacras.

Compreende-se então a grande ironia que há na confusão entre biopolítica e necropolítica. Na compreensão popular, não-acadêmica, o conceito da necropolítica tomou o significado da biopolítica, por assumir muitas das suas funções e acabou sendo banalizada em seu lugar. Embora seja a biopolítica que trate de banalização do mal, foi a necropolítica que foi banalizada como um dispositivo para compreender a banalização do mal.

3. Nem silêncio nem censura, mas disputa

Por fim, cabe ainda apontar um dispositivo que foi essencial para a banalização do conceito: a cultura pop. O ano de 2022, a título de ilustração, foi pródigo neste sentido. Neste ano a Universidade de Sheffield (Inglaterra) organizou um evento intitulado "Você já está morto: o horror da necropolítica no filmes de terror inspirados pelo Black Lives Matter" (*You Already Dead: The Horror of Necropolitics in Black Lives Matter Horror Films*); no mesmo ano a rapper brasileira Bia Ferreira lança o álbum *Faminta*, cuja 4ª faixa se chama "Necropolítica"; e, ainda em 2022, a banda de *punk rock* Ratos de Porão lança o álbum *Necropolítica*, o qual contém músicas de denúncia como "Aglomeração" e "Entubado", referentes à gestão desastrosa da pandemia pelo governo de Jair Bolsonaro. Isto para não falar dos

[21] Valverde, *De la necropolítica neoliberal a empatía radical*, p. 39.

incontáveis *podcasts* e videoaulas no *youtube* explicando (com mais ou menos rigor) o conceito.

Sem entrar no debate se estes usos foram bem ou mal intencionados, o que resta de todos esses apontamentos é que o conceito de necropolítica foi eclipsado pela palavra "necropolítica", a ponto de seu efeito retórico ser minimizado pela familiaridade com que hoje ela chega aos nossos ouvidos. Fazendo um paralelo com a reflexão de Jorge Deserto sobre a paz, podemos dizer que estes incontáveis usos da necropolítica são um:

> Sintoma anedótico, mas relevante, do ponto a que pode chegar o esvaziamento de um conceito, até ser apenas espuma e ar. Tudo isto nos coloca, de forma que devia ser alarmante, entre a utopia e a irrelevância. E comprova que as palavras também se gastam por excesso de uso indevido.[22]

Neste percurso da banalização, a necropolítica é ameaçada por um processo que ocorreu com tantos outros termos políticos, que foram sendo esvaziados e que hoje suas disputas se dão tanto nas ciências sociais como nas redes sociais. Ignorar isso é perder terreno onde hoje a virtualidade e a materialidade se encontram. Termos como terrorismo, libertarianismo, fascismo, liberdade, democracia, evidentemente estão em disputa desde seus primeiros dias, assim como, também não podemos dizer que se tornaram palavras sem significados. Contudo, quando ouvimos um discurso em defesa da "liberdade" ou da "democracia", hoje, sabemos que devemos filtrar quem os pronuncia e com quais interesses. A lição está já dada pelo provocador título do curso de Foucault de 1976: *Em defesa da sociedade*.

Dado o processo de banalização, o conceito de necropolítica vem sendo desterritorializado, fazendo com que a prática da necropolítica – os horrores que fizeram Mbembe propor o conceito – se torne um território para novas experiências de violência. Muitas formas de reterritorializações são viáveis, mas pelas próprias características das práticas necropolíticas, este território é ocupado por máquinas de guerra que estabelecem pesos desiguais, violências reais que impedem e ameaçam a compreensão da violência no campo teórico. Isto é, não há discurso sobre necropolítica que possa jamais dar a real dimensão do que é viver sob o jugo da necropolítica, fazendo com que, *a posteriori*, o esvaziamento e a banalização do conceito gerem um distanciamento ainda maior entre o termo e o fenômeno, entre o signo e o significante. Para nós, filósofos do século XXI, como máquinas de guerra (de baixíssima potência que somos), nós, os porta-vozes de conceitos e enunciados, a nós parece caber bem pouco para lutarmos contra este desequilíbrio entre o conceito e a violência real da necropolítica. Por isso, dentre os muitos méritos que devem ser laureados às obras de Arendt e de Mbembe está a capacidade de entender e de traduzir essa violência concreta, de modo a ser compreendido e absorvido por muitos, filósofos e não-filósofos. Em respeito a ambos, podemos dizer que existe algo, sim, que cabe aos filósofos (e somente a nós) fazer, que é exatamente a criação e a disputa dos conceitos e dos seus enunciados.

Na introdução do *O que a filosofia?*, Deleuze e Guattari apresentam alguns adversários que disputam com os filósofos pelo direito à produção de conceitos.

[22] Deserto, *In Limine*, pp.5-6.

> A filosofia cruzou com muitos novos rivais. Eram a princípio as ciências do homem, e notadamente a sociologia, que desejavam substituí-la. [...] Depois foi a voga da epistemologia, da linguística, ou mesmo da psicanálise — e da análise lógica. De provação em provação, a filosofia enfrentaria seus rivais cada vez mais insolentes, cada vez mais calamitosos, que Platão ele mesmo não teria imaginado em seus momentos mais cômicos. Enfim, o fundo do poço da vergonha foi atingido quando a informática, o marketing, o design, a publicidade, todas as disciplinas da comunicação apoderaram-se da própria palavra conceito [...] O marketing reteve a ideia de uma certa relação entre o conceito e o acontecimento; eis que o conceito se tornou o conjunto das apresentações de um produto [...] a simulação de um pacote de macarrão tornou-se o verdadeiro conceito, e o apresentador-expositor do produto, mercadoria ou obra de arte, tornou-se o filósofo.[23]

De todos esses rivais, inimagináveis para Platão e parcialmente imaginados por Deleuze, a comunicação parece-nos ter, atualmente, se destacado pelas vias virtuais. Não pela ameaça do pacote de macarrão, mas pelo modo próprio de ser das redes sociais na atualidade. São disputas que se dão nas multiplicações de mídias e de discursos polissêmicos, fartamente produzidos, reproduzidos e consumidos, que criam sub-redes de significações que extrapolam a capacidade de controle e compreensão sistêmica dos significados. É suficientemente possível que exista todo um ecossistema hoje de *influencers* em aplicativos de vídeos curtos, podcasts, comunidades, *chans*, perfis etc., que tratem de temas que para nós em nada dialogam com os autores e com os conceitos que originalmente e tão profundamente buscamos pesquisar. Em outras palavras, há Karls Marxs – muitos Marxs! – virtuais, que são completamente exóticos para os laboratórios de pesquisa mais respeitáveis e reconhecidos pelo CNPq; há Nietzsches que escandalizariam a professora Scarlett Marton; há Foucaults tão deformadores e transfigurados nas redes virtuais que fariam crescer cabelo e barba no filósofo francês. E a necropolítica, amplamente usada (por vezes usada sem responsabilidade), começa pouco a pouco a ser capturada por esses *rivais* da filosofia.

Ademais, evitar a banalização da necropolítica é um esforço síncrono para evitar a banalização de outros conceitos que dialogam com ela e por vezes são confundidos com ela. A reversão da banalidade da necropolítica é também um esforço para desbanalizar o racismo, o terrorismo de Estado, as violências policiais, os genocídios, os sistemas de saúde precarizados etc. É preciso desbanalizar a banalização e, em ato contínuo, banalizar a desbanalização. Para além do jogo tosco de palavras, isto quer dizer que não devemos parar de usar este importante conceito, tampouco recomendar um respeitoso silêncio em torno dele ou uma sacra-censura em relação aos usos equivocados feitos de boa vontade. Ao contrário, a sua popularidade deve ser vista como algo positivo. Porém, a cada uso exótico do conceito, a cada uso "esvaziador" de significado e, sobretudo, a cada uso mal-intencionado por aqueles que são muito mais agentes da bionecropolítica (Bento, 2018) do que suas vítimas, aí sim, será preciso reterritorializar o conceito, travar disputas no campo teórico e público. Mesmo que não seja possível (ou desejável) reconduzir o conceito ao seu estado original mbembiano, ao menos é importante redirecioná-lo aos seus interesses originais, para que ele não seja instrumentalizado por agentes promotores da necropolítica. Cabe a esta militância assumir o papel do filósofo, apontado por Deleuze e Guattari, e duelar contra os

[23] Deleuze & Guattari, *O que é a filosofia?*, pp. 18-19.

rivais, pois somos nós que levamos os conceitos ao público e aos meios de comunicação.

É preciso ocupar espaços que estão ao nosso alcance, mas também os espaços que ainda sequer conhecemos, que existem ou que estão por ser inventados. Sobremaneira, não devemos deixar que a necropolítica seja tomada por um conceito confuso ou difuso, sobre o qual qualquer interpretação seja válida, pois, torná-lo confuso também é uma estratégia política e sobre isso há o alerta: "quanto mais confuso o conceito, mais ele se presta a uma apropriação oportunista".[24] E nisto recai todo o perigo da banalização. Não apenas a banalização dos conceitos filosóficos, como o da própria consciência dos filósofos. Um filósofo não pode se deixar encantar pelo brilho sedutor dos maus usos e das facilidades das interpretações mal-intencionadas de seus conceitos. Um exemplo deste alerta está na leitura de Jean-Luc Nancy, em a *Banalidade de Heidegger* (2015), sobre como Heidegger teria cedido à *doxa* de seu tempo e feito de sua profusa obra um instrumento de sofisticação para a banalização do antissemitismo. Traça-se um paralelo entre a ideia de "banalidade" em Arendt e a forma como o antissemitismo de Heidegger não foi uma simples questão isolada, mas sim parte de um processo de normalização e circulação de discursos de cunho antissemita no Ocidente. Nancy destaca como Arendt foi mal compreendida e como a ideia de "banalidade" foi também banalizada. Em seu sentido original, Arendt buscava designar a facilidade com que certos juízos e práticas se tornaram comuns e aceitáveis – o que, para Nancy, também ocorre no caso da *doxa* antissemita na Europa do século XX.

Esta necessidade de estarmos atentos, de sermos intelectualmente combativos, passa pela linguagem, pela produção de vocabulário e conceitos, mas também pelos entendimentos e, principalmente, pelas visibilidades. Por exemplo, se por um lado cabe a nós, em nossos compromissos como pareceristas ou como membros de bancas, não deixarmos um artigo desprovido de rigor passar para uma revista Qualis A ou uma tese infundada ser aprovada, por outro lado, também cabe a nós embrulharmos este rigor em um véu de compreensibilidade e acessibilidade e levá-lo ao público. Conduzir e corrigir devem ser movimentos complementares, compositores de um harmônico concerto dos discursos e um habilidoso conserto dos sentidos.

Para concluir, dois esforços parecem se destacar como dignos de menção: (1) a permanência do interesse particular pela teorização da necropolítica no meio acadêmico, posto que sempre há o risco [elitista] de um conceito que alcançou o debate público se tornar enfadonho e desinteressante para a academia; (2) a presença crescente desta teorização acadêmica da necropolítica em todo e qualquer espaço público que esteja ao nosso alcance, seja nos meios de comunicação, seja nos encontros e congressos, mas principalmente nas redes sociais e nas mídias virtuais. Tornando o conceito o mais acessível possível, porém, não banal.

[24] Reis, *O governo da emergência*, p. 60.

Referências

ARENDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. Trad. José Rubens Siqueira. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2016.

BENTO, Berenice. Necrobiopoder: Quem pode habitar o Estado-nação? *Cadernos Pagu: Debate Quem tem medo de Judith Butler?* Campinas, n.53, pp.1-16, 2018.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O que é a filosofia?* Trad. Bento Prado Jr. e Alberto Alonso Muñoz. São Paulo: Editora 34, 2005.

DESERTO, Jorge. *In Limine*. Paz e Concórdia em... In: Revista Symbolon III. pp. 5-6. Porto: Edições Faculdade de Letras da Cidade do Porto: 2014.

THE Memphis Police are not by standers to the death of Tyre Nichols. *The New Yorker*, Nova Iorque, 01 fev, 2023. Disponível em:

https://www.newyorker.com/culture/cultural-comment/the-memphis-police-are-not-bystanders-to-the-death-of-tyre-nichols. Acesso em: 15/09/2025.

FOUCAULT, Michel. *Dits et Écrits I*. Paris: Editora Gallimard, 2001a.

FOUCAULT, Michel. *Dits et Écrits II*. Paris: Editora Gallimard, 2001b.

FOUCAULT, Michel. *Em Defesa da Sociedade*. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005a.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. São Paulo: Graal, 2005b.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território, População*. Trad. Eduardo Brndão. São Paulo: Graal, 2008.

O massacre da Penha e a necropolítica como política oficial do Rio de Janeiro. *Le Monde Diplomaquite Brasil*, 30 dez. 2025. Disponível em: https://diplomatique.org.br/o-massacre-da-penha-e-a-necropolitica-como-politica-oficial-do-rio-de-janeiro/ . Acesso em: 10 jan. 2026.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. Trad. Renata Santini. São Paulo: edições N-1, 2018.

MBEMBE, Achille. *Pandemia democratizou poder de matar, diz autor da teoria da 'necropolítica'*. Entrevista concedida à Diogo Bercito. GZH (Zero Hora), 31 mar. 2020. Disponível em: https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2020/03/pandemia-democratizou-poder-de-matar-diz-autor-da-teoria-da-necropolitica-ck8fpqew2000e01ob8utoadx0.html . Acesso em: 17/09/2025.

NANCY, Jean-Luc. *Banalité de Heidegger*. Paris: Éditions Galilée, 2015

NECROPOLÍTICA ou estupidez econômica. GLOBONEWS, Rio de Janeiro, 02 set. 2020. Disponível em: https://g1.globo.com/globonews/estudio-i/video/flavia-oliveira-sobre-fala-de-bolsonaro-necropolitica-ou-estupidez-economica-8825495.ghtml . Acesso em: 15/09/2025.

REIS, Diego. *O governo da emergência, estado de exceção, guerra ao terror e colonialidade*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2020.

VINI Jr. e a necropolítica. O GLOBO, Rio de Janeiro, 01 jun. 2023. Disponível em:

https://oglobo.globo.com/opiniao/artigos/coluna/2023/06/vini-jr-e-a-necropolitica.ghtml . Acesso em: 17/09/2025.

TWO NYPD cops get killed and 'wartime' police blame the protesters. Have we learned nothing? The Guardian, Londres, 21 dez. 2014. Disponível em:

https://www.theguardian.com/commentisfree/2014/dec/21/two-nypd-cops-killed-wartime-police-protesters. Acesso em: 16/09/2025.

TRT-8. Intimação da Justiça do Trabalho ao Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino do Estado, (TRT-8) de 12 abr. 2021. Disponível em:

https://www.jusbrasil.com.br/diarios/1121178683/trt-8-judiciario-12-04-2021-pg-165. Acesso em: 17/09/2025.

VALVERDE, Clara. *De la necropolítica neoliberal a empatía radical*. Barcelona: Editora Icaria Más Madera, 2015.

THE necropolitics of Maria B. DAWN, Islamabad 24 jun. 2023. Disponível em: https://www.dawn.com/news/1766383 . Acesso em: 18/09/2025.